

TC 033.326/2015-0

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade jurisdicionada: Universidade Federal da Paraíba-UFPB/Ministério da Educação

Responsáveis: Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, CPF 203.996.854-72, Luiz Enok Gomes da Silva, CPF 295.184.154-04, Lucídio dos Anjos Formiga Cabral, CPF 373.833.883-72, Marta Maria Gomes Van Der Linden, CPF 141.291.244-04, Fundação José Américo- FJA, CNPJ 08.667.750/0001-23

Procurador: Ana Carla Cavalcante de Araujo – OAB/PB 15.047 (peças 21 e 22); Bruno Maia Bastos – OAB/PB 8.430 (peça 33); Fábio Vinícius Mais Trigueiro (peça 56).

Interessado em sustentação oral: não há.

Proposta: mérito.

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB, em desfavor da Fundação José Américo – FJA, beneficiária dos recursos transferidos, dos Srs. Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, Diretor Executivo da FJA à época, Luiz Enok Gomes da Silva, antecessor do Sr. Eugênio Paccelli, Lucídio dos Anjos Formiga Cabral e Marta Maria Gomes Van Der Linden, fiscais do convênio, em razão da impugnação total das despesas do Convênio 219/2007 (Siafi 601846), celebrado entre a UFPB e a FJA, tendo por objeto a "Capacitação de Professores e Tutores e Coordenadores de Polos da UFPB Virtual".

HISTÓRICO

2. Conforme disposto no Convênio 219/2007 (p. 94-106 e 209-213, peça 2), foram previstos R\$ 341.099,44 para a execução do objeto, através de descentralização de crédito MEC/SEED/UAB. O ajuste vigeu entre 14/12/2007 e 31/12/2011, após três termos aditivos de prorrogação de prazo.

3. Os recursos federais foram repassados de uma só vez, mediante a ordem bancária 2008OB901129, de 7/3/2008, no valor de R\$ 341.099,44 (peça 6, p. 210).

4. A TCE foi instaurada e motivada pelo Processo de Representação TC 044.058/2012-8, formulado pela antiga Secex/PB, acerca das irregularidades ocorridas na Fundação José Américo (FJA), relacionadas à gestão de Convênios e Contratos firmados com a Universidade, dando origem ao Acórdão 1454/2014-TCU-Plenário, que em seu item 9.2 determinou a UFPB que, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurasse e/ou concluísse a Tomada de Contas Especial do Convênio 219/2007 e outros.

5. Após a realização das medidas administrativas necessárias, o Tomador de Contas Especial emitiu Relatório (p. 194-214, peça 7), entendendo que o dano ao erário apurado foi de R\$ 284.070,68 (valor original), sendo parte por irregularidades diversas, e parte por falta de documentação comprobatória.

6. De acordo com o Relatório de TCE, a responsabilidade pelo débito seria da Fundação José Américo, em conjunto com o Sr. Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, bem como dos responsáveis Lucídio dos Anjos Formiga Cabral e Marta Maria Gomes Van Der Linden, fiscais do convênio, e do Sr. Luiz Enok Gomes da Silva, antecessor do Sr. Eugênio Paccelli. O Relatório foi emitido em 09/03/2015.

7. Vale dizer que o Relatório de TCE mencionado apontou como fatos ensejadores do dano as seguintes irregularidades (p. 204-208, peça 7):

- a) pagamento indevido a servidores;
- b) pagamento indevido de encargos patronais;
- c) transferências irregulares de numerários (triangulação);
- d) despesas executadas com auxílio financeiro a estudantes em valor superior ao previsto em plano de trabalho;
- e) despesas com tarifas bancárias;
- f) despesas com bloqueios judiciais;
- g) despesas empenhadas com inscrição em restos a pagar não processados;
- h) não apresentação dos documentos originais fiscais ou equivalentes, devidamente atestados.

8. A CGU, em seu Despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR 3046/2015 (p. 242-246, peça 7), restituiu o processo ao Tomador de Contas Especial para que este revisse o valor apurado do débito, uma vez que, conforme Relatório da TCE, restou consignada a ausência de documentação exigida para a prestação de contas e, conseqüentemente, a não comprovação da execução do objeto pactuado e da consecução do objetivo pretendido com a celebração do instrumento, fatos que ensejariam a não aprovação da prestação de contas e a impugnação total dos recursos repassados à conveniente.

9. A Comissão de TCE, após notificar regularmente os responsáveis, agora pela totalidade dos recursos repassados, conforme apontamento da CGU, emitiu novo Relatório (p. 345-347, peça 7) com os novos valores de débito imputados.

10. O processo foi encaminhado à CGU (p. 351, peça 7). O Relatório de Auditoria da CGU 1878/2015 (p. 357-360, peça 7) corroborou o entendimento do Tomador de Contas Especial.

11. O Certificado de Auditoria 1878/2015 (p. 363, peça 7) ratificou o exposto no Relatório de Auditoria e certificou a irregularidade das contas. O Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno (p. 364, peça 7) concluiu pela irregularidade das presentes contas, havendo ciência das conclusões por parte do Ministro de Estado da Educação (p. 365, peça 7). O processo veio a esta Corte de Contas para análise.

12. Instrução constante à peça 13 afirmou que o fato ensejador desta TCE se ateria à ausência de documentos que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos, bem como o cumprimento do objeto pactuado, apesar de entender que as demais irregularidades apontadas têm o condão de evidenciar e corroborar a gestão temerária do Convênio 219/2007.

13. Assim, o débito exposto na mencionada instrução foi o seguinte:

Data para atualização	Valor original (R\$)	Débito/ Crédito	Origem do débito	Responsáveis
07/03/2008	341.099,44	D	Impugnação das despesas do Convênio 219/2007, em virtude da ausência da documentação comprobatória, exigida inclusive para a prestação de contas final e a não comprovação da execução do objeto pactuado	Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, Luiz Enok Gomes da Silva, Lucídio dos Anjos Formiga Cabral, Marta Maria Gomes Van Der Linden e Fundação José Américo- FJA
28/03/2012	101.538,95	C		

14. Promovidas as citações (peças 16 a 20, 23 a 27, 31, 43 a 48, 53 e 54), os responsáveis Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, CPF 203.996.854-72, Luiz Enok Gomes da Silva, CPF 295.184.154-04, Lucídio dos Anjos Formiga Cabral, CPF 373.833.883-72, e Marta Maria Gomes Van Der Linden, CPF 141.291.244-04, apresentaram suas alegações de defesa, as quais serão analisadas a seguir.

15. A Fundação José Américo, em virtude de não ter havido êxito na citação via ofício (peças 16, 26, 44 e 46), foi citada mediante o Edital 0113/2017, publicado no DOU de 06/11/2017 (peças 53 e 54).

EXAME TÉCNICO

Da revelia da Fundação José Américo

16. Sendo aplicável, em caráter subsidiário, a legislação processual civil vigente aos processos de controle externo do TCU, na forma do art. 298 de seu Regimento Interno, e inexistente detalhamento, na Resolução TCU 170/2004, sobre os requisitos de validade das notificações que compõem a fase externa da tomada de contas especial, deve-se analisar a situação já sob a égide do código de processo civil vigente (lei 13.105/2015), eis que os fatos são posteriores a sua alongada *vacatio legis*, que teve termo final em 18/3/2016. O código, no capítulo referente à comunicação dos atos processuais, assim dispõe (grifamos):

Art. 256. A citação por edital será feita:

I - quando desconhecido ou incerto o citando;

II - quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando;

III - nos casos expressos em lei.

§ 1º Considera-se inacessível, para efeito de citação por edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória.

§ 2º No caso de ser inacessível o lugar em que se encontrar o réu, a notícia de sua citação será divulgada também pelo rádio, se na comarca houver emissora de radiodifusão.

§ 3º O réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos.

17. Fredie Didier Jr. (*in* Curso de Direito Processual Civil, 19ª Edição, 2016, Editora Juspodivm, vol. 1, p. 696), leciona sobre o assunto:

(...)O local de citação é ignorado quando não se tem qualquer informação sobre o local onde se encontra o citando. O local de citação é incerto quando, embora se saiba em que território se possa encontrar o citando, não se tem o endereço. O local é inacessível quando, embora conhecido, não se possa lá realizar a citação, em razão de guerra, epidemia, calamidade pública, etc.

18. Prossegue ainda, o doutrinador baiano, ressaltando que, pelo novo regramento, ainda em suas palavras, “*a lei estabelece uma presunção legal absoluta de desconhecimento ou incerteza do local da citação*” quando presentes os pressupostos do art. 256, § 3º da lei 13.105/2015.

19. A jurisprudência específica do TCU sobre o assunto ecoa tal entendimento, deixando incontestado que, atendidos os pressupostos próprios desta medida excepcional, quais sejam, a caracterização do destinatário como em local ignorado, incerto ou inacessível, é válida a citação ficta:

A *citação por edital* só pode ser aceita se o destinatário não for localizado nos seus endereços disponíveis nos autos, ainda que distintos daquele constante da base cadastral do CPF (Acórdão 3022/2011-Segunda Câmara | Relator: AROLDO CEDRAZ);

Antes de promover a *citação por edital*, o TCU, para assegurar a ampla defesa, deve buscar ao máximo outros meios possíveis para localizar e citar o responsável, nos limites da razoabilidade, a exemplo das medidas previstas no art. 6.º, inciso II, da Resolução-TCU 170/2004, fazendo juntar aos

autos documentação ou informação comprobatória dos diferentes meios experimentados que restaram frustrados, como também da impossibilidade em localizá-lo, demonstrando, quando for o caso, que ele está em lugar ignorado, incerto ou inacessível, procedimento que deve ser adotado mesmo quando for lançada pelos Correios a informação "não procurado" no cartão de aviso de recebimento da comunicação processual remetida ao responsável (Acórdão 4851/2017-Primeira Câmara | Relator: AUGUSTO SHERMAN).

A não localização do responsável no endereço constante do Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal (CPF) não é capaz de gerar, por si só, a presunção de que a pessoa se encontra em lugar desconhecido e incerto para justificar a notificação por *edital* em processo do TCU. Devem ser realizados outros procedimentos que permitam a conclusão de que foram efetuados significativos esforços para localizar o responsável, a exemplo de pesquisas junto a cadastros de órgãos públicos (ex. departamento de trânsito) ou concessionárias de serviços públicos (ex. empresas de telefonia e de fornecimento de energia elétrica), ou mesmo pesquisas na internet, incluindo redes sociais (Acórdão 1323/2016 – Plenário – Rel. BENJAMIN ZYMLER).

20. A Fundação José Américo não atendeu a citação realizada e não se manifestou quanto às irregularidades verificadas, devendo ser considerada revel, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.

21. A despeito da caracterização da revelia do citado, devem ser considerados, no entanto, eventuais elementos já constantes dos autos, os quais poderiam, em tese, conceder-lhes um juízo favorável.

22. Deve-se observar que, nos processos do TCU, a revelia não implica a presunção de que sejam verdadeiras todas as imputações levantadas contra os responsáveis, diferentemente do que ocorre no processo civil, em que o não comparecimento do réu aos autos leva à presunção da verdade dos fatos narrados pelo autor.

23. Assim, independentemente da revelia, a avaliação da responsabilidade do agente nos processos desta Corte não prescinde dos elementos existentes nos autos ou para ele carreados, uma vez que são regidos pelo princípio da verdade material (Acórdãos 163/2015 - TCU - 2ª Câmara – Rel. Min. André de Carvalho; 2.685/2015 - TCU - 2ª Câmara – Rel. Min. Raimundo Carreiro; 2.801/2015 - TCU - 1ª Câmara – Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues; 4.340/2015 - TCU - 1ª Câmara – Rel. Min. Weder de Oliveira; e 5.537/2015 - TCU - 1ª Câmara - Rel. Min. Weder de Oliveira).

24. Entretanto, consoante mencionado no item 9, os responsáveis, na fase interna deste processo e nas defesas adiante analisadas, não lograram êxito na apresentação de documentação comprobatória, o que levou ao não acolhimento das justificativas apresentadas, com exceção dos argumentos apresentados pelo Sr. Lucídio dos Anjos Formiga Cabral, CPF 373.833.883-72, e Sra. Marta Maria Gomes Van Der Linden, CPF 141.291.244-04.

Análise das alegações de defesa do Sr. Lucídio dos Anjos Formiga Cabral e Sra. Marta Maria Gomes Van Der Linden

25. Citados regularmente, o Sr. Lucídio dos Anjos Formiga Cabral e a Sra. Marta Maria Gomes Van Der Linden apresentaram suas alegações de defesa (peças 35 a 37), com os mesmos argumentos e através da mesma procuradora, razão pela qual serão analisadas em conjunto a seguir:

26. **ARGUMENTOS:** Alegam os defendentes que não foram consultados sobre se aceitariam a função de fiscais do mencionado convênio, que não foram designados para a função mediante portaria, e nem deram ciência acerca de tal designação em nenhum momento.

27. Aduzem que eram coordenadores/executores do projeto, e que não podem ser responsabilizados, uma vez que a execução orçamentária, financeira e patrimonial do convênio era dos gestores da FJA, sem qualquer interveniência dos coordenadores/executores do projeto, razão pela qual

não podem ser responsabilizados, pois a guarda dos documentos, formalização e apresentação da prestação de contas do convênio eram responsabilidades de tais gestores.

28. Dizem que os cursos destinados à Capacitação de Professores, Tutores e Coordenadores foram realizados, logo, não há o que se falar em não cumprimento do objeto. A fim de aumentar ainda mais essa convicção, pesquisas foram desenvolvidas pela defesa, com vistas a garimpar documentos que fizeram parte da execução do curso no que tange a área docente. Dizem que diversas foram as dificuldades, por conta do tempo, mas muitas peças foram encontradas e relacionadas adiante que comprovam que professores foram contratados, tutores e coordenadores de polos foram treinados para trabalhar no ambiente virtual, no caso o ambiente moodle, relações de pessoas foram emitidas para pagamento, folhas de presenças foram elaboradas e assinadas, certificados de participação nos cursos foram emitidos e entregues, relatório geral de capacitação UFPB virtual 2008-2012 foi elaborado, além de outros documentos.

29. Mencionam e trazem aos autos documentos que comprovariam a execução do objeto: - Relatório Técnico Pedagógico encaminhado em 24/02/2011 ao Pró-Reitor de Administração da UFPB (peça 6, vol V fls. 888/897); - amostra de diversas folhas de presenças de alunos dos mais diversos cursos, quando presenciais, relativas aos exercícios de 2008 a 2011 (doc. 01); - amostra de folders diversos que foram amplamente divulgados, relativos aos cursos que seriam realizados (doc. 02); - amostra de fotografia de participantes dos cursos em sala de aula (doc. 03); - amostra de relação de certificados que foram emitidos e entregues aos participantes (doc 04); - Relatório geral de capacitação UFPB virtual 2008-2012 (doc.05).

30. Afirmam que a prestação de contas apresentou falhas na sua elaboração, não contendo a documentação exigida e, bem como, que comprove as despesas efetuadas, o que originou o processo de instauração de Tomada de Contas Especiais e que vê-se que houve o cumprimento do objeto, não havendo responsabilidades dos defendentes acerca de falhas na prestação de contas, pois não tem o dever de prestar contas ou de acompanhar as formalidades da referida prestação de contas apresentada, visto que as mencionadas fundações de apoio gozavam de autonomia financeira e administrativa, gestores e setor contábil para tanto. Requerem o acolhimento das defesas apresentadas.

31. **ANÁLISE:** Inicialmente, cumpre informar que a irregularidade descrita nas citações realizadas consiste na: “não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Convênio 219/2007, em virtude da ausência da documentação comprobatória, exigida inclusive para a prestação de contas final, **e da não comprovação da execução do objeto pactuado.**”

32. Sobre o tema, deve-se ressaltar que os documentos trazidos aos autos pelos defendentes (peças 35 a 37) denotam que houve execução do objeto pactuado. Dessa maneira, dada a nova documentação trazida aos autos, restaria como irregularidade exclusivamente a ausência de documentação comprobatória da boa e regular aplicação dos recursos, exigida na prestação de contas final.

33. Nesse diapasão, o Sr. Lucídio dos Anjos Formiga Cabral e a Sra. Marta Maria Gomes Van Der Linden, apontados como fiscais do convênio, devem ter acolhidas suas alegações de defesa, uma vez que as irregularidades que permanecem nos autos não decorreram de possíveis falhas na fiscalização do convênio, mas sim de sua gestão financeira e contábil e de problemas em sua prestação de contas, aspectos nos quais os fiscais do convênio não possuíam ingerência.

34. Por oportuno, há grande fragilidade na afirmação realizada pelo Tomador de Contas de que os responsáveis seriam fiscais do Convênio 219/2007, uma vez que estes não foram designados formalmente, através de Portaria, como fiscais; há apenas menção genérica no termo do convênio sobre suas responsabilidades, termo este não assinados pelos defendentes e; não foi verificada a prática de quaisquer atos relativos a fiscalização, como a atestação de serviços, liquidação da despesa etc.

35. Comprova-se nos autos que os responsáveis atuavam efetivamente como Coordenadores do Projeto, e não como fiscal de contrato/convênio.

36. Em que pese o exposto, ainda que os responsáveis fossem considerados fiscais do convênio, suas citações teriam se dado também por irregularidades contábeis e financeiras e por responsabilidades exclusivas dos gestores do Convênio, os Srs. Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira e Luiz Enok Gomes da Silva.

37. De modo a corroborar o exposto, transcreve-se trecho do Relatório do Tomador de Contas Especial, que assim expôs:

No tocante a prestação de contas final do Convênio, estavam ausentes os seguintes documentos: Ausência Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento, Relatório de fiscalização, Quadro de rendimentos dos recursos aplicados no mercado financeiro, Termo de encerramento de conta corrente e de aplicação financeira, Termo de compromisso por meio do qual o conveniente será obrigado a manter os documentos relacionados ao Convênio, Cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, Documentos originais fiscais ou equivalentes, devidamente atestados, não observando assim as diretrizes da Lei nº 8.666/93, da Instrução Normativa STN nº 01/97, da Portaria nº 127/2008 e da Portaria nº 507/2011

38. Dessa forma, entende-se que não tinham os responsáveis ingerência sobre a execução financeira do convênio e a documentação faltante nos autos, relativa à prestação de contas. Suas atribuições se restringiam à execução do projeto, o que restou demonstrado nos autos.

39. Entendimento semelhante foi adotado por esta Corte de Contas no Acórdão 1228/2019 – Plenário, onde, conforme Voto da Exma. Min. Relatora Ana Arraes (peça 119 do TC 012.010/2015-4), excluiu-se da relação processual o fiscal do contrato, visto que as irregularidades constantes no processo não decorreram de possíveis falhas na fiscalização do ajuste, mas de sua gestão financeira e contábil, aspectos não gerenciados pelo fiscal. O processo acima mencionado também se refere à relação da UFPB com a Fundação José Américo.

40. Dessa maneira, acolhem-se as alegações de defesa do Sr. Lucídio dos Anjos Formiga Cabral e da Sra. Marta Maria Gomes Van Der Linden retirando suas responsabilidades dos débitos imputados nestes e julgando-se regulares suas contas.

Análise das alegações de defesa do Sr. Luiz Enok Gomes da Silva

41. Citado regularmente, o Sr. Luiz Enok Gomes da Silva apresentou suas alegações de defesa, conforme peça 32.

42. **ARGUMENTOS:** Inicia o defendente alegando a tempestividade de sua defesa e o direito de petição. Afirma que exerceu as suas atividades na condição de Diretor Executivo da Fundação José Américo (FJA) no período de 01/02/2006 à 09/02/2009. Nega, peremptoriamente, a prática de qualquer desvio de finalidade ocorrido em detrimento dos recursos públicos investidos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), essencialmente no período em que esteve à frente da Fundação José Américo (FJA).

43. Afirma que em nenhum momento restou evidenciada e/ou comprovada qualquer irregularidade na execução de projetos e aplicação de recursos. Alega que, no presente caso, o que se verifica é uma situação ocorrida sem nenhuma participação direta ou indireta do defendente.

44. Quanto ao mérito das suas razões de defesa, diz que há um gritante cerceamento de defesa praticado pelos órgãos administrativos, que, sem nenhuma justificativa, não disponibilizaram a massa documental solicitada pelo defendente, no momento oportuno, impossibilitando, dessa maneira, a apresentação da sua defesa, devidamente acompanhada de toda documentação comprobatória. Diz não ter havido omissão, negligência, imprudência, imperícia e improbidade durante o período em que o defendente exerceu suas atividades à frente da FJA. Repisa o cerceamento ao direito de defesa, pois solicitou cópia de todos os processos de prestação de contas dos convênios, já que a Fundação José

Américo (FJA) encontrava-se e encontra-se fechada, e toda massa documental encontrava-se e encontra-se sob a responsabilidade tanto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), quanto da Fundação José Américo (FJA).

45. Informa que já foi ajuizada uma ação civil de improbidade administrativa contra o defendente e outros, distribuída junto a 3ª Vara Federal na Paraíba, processo 0801095-98.2017.4.05.8200, na qual este convênio se encontra incluído, razão pela qual deve ser sobrestado o presente feito administrativo para que não ocorra o *bis in idem*, pois não é crível a existência simultânea de processo administrativo e judicial discutindo a mesma matéria, em razão da preponderância do mérito pronunciado na esfera judicial. Requer a nulidade do procedimento administrativo, em virtude da violação aos princípios do contraditório e ampla defesa, o sobrestamento do feito em face de ação judicial, e a notificação da UFPB e FJA para que disponibilizem a massa documental necessária ao exercício do contraditório e ampla defesa.

46. **ANÁLISE:** Não há que se acatar os argumentos do defendente. Quanto à alegação de prejuízo ao exercício do contraditório e ampla defesa, não há que prevalecer, uma vez que todos os documentos necessários à análise regular do processo já constam nos autos às peças 2 a 7.

47. Cumpre dizer que o responsável não trouxe aos autos qualquer documento adicional que pudessem alterar sua responsabilidade, nem sequer menciona que “massa documental” seria esta que impediria uma análise correta e efetiva do processo. Os documentos que não constam nos autos são exatamente aqueles cujos gestores tinham responsabilidade de apresentar e não o fizeram. Os documentos juntados aos autos pelo defendente (incluindo planilha com supostos saldos dos convênios da FJA e solicitação de documentação à UFPB) não modificam as constatações do processo.

48. Quando instado a se manifestar acerca de determinado fato, deve o responsável utilizar-se dos meios disponíveis para apresentar o conjunto de elementos suficientes para esclarecê-lo, sob pena de, não o fazendo, permitir ao julgador firmar convicção apenas com base nas informações constantes dos autos. O instrumento da citação delimita, na fase de instrução dos processos no âmbito deste Tribunal, o oferecimento de oportunidade de ampla e irrestrita defesa aos responsáveis. Trata-se de um direito assegurado à parte, e a opção de não na exercer é única e exclusivamente do responsável (Acórdãos 1165/2016-TCU-Plenário, rel. AUGUSTO NARDES; 1719/2014-TCU-Plenário, rel. WALTON ALENCAR RODRIGUES; 4193/2014-TCU-2ª Câmara, rel. RAIMUNDO CARREIRO; 6359/2013-TCU-1ª Câmara, rel. VALMIR CAMPELO, entre outros).

49. Assim, em vista da ausência de apresentação de documentos para sanear as irregularidades apontadas no ofício de citação, serão considerados na análise somente os elementos já presentes nos autos, sem prejuízo do já exposto, referente à documentação anexada por outros responsáveis.

50. Por força do que dispõe o art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, bem assim o art. 93 do Decreto-Lei 200/1967 c/c o art. 66 do Decreto 93.872/1986, a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos compete exclusivamente ao gestor dos recursos.

51. Tal entendimento está consolidado nesta Corte de Contas, conforme se verifica nos Acórdãos 1.577/2014-TCU-2ª Câmara, rel. ANDRÉ DE CARVALHO; 6.716/2015-TCU-1ª Câmara, rel. AUGUSTO SHERMAN; 9.254/2015-TCU-2ª Câmara, rel. ANA ARRAES; 9.820/2015-TCU-2ª Câmara, rel. RAIMUNDO CARREIRO; e 659/2016-TCU-2ª Câmara, rel. MARCOS BEMQUERER.

52. Desse modo, ao contrário do que supõe o responsável, o ônus da prova recai sobre o gestor, e não sobre o TCU, devendo o gestor fornecer todas as provas da regular aplicação dos recursos sob sua responsabilidade, em conformidade com os normativos vigentes e reiterada jurisprudência do TCU, não cabendo a esta Corte de Contas determinar a qualquer órgão que ofereça documentos a seus ex-gestores. As normas que regulam o processo de controle externo não concedem ao responsável a faculdade de solicitar produção de provas ao TCU, como a realização de diligências, consoante assentado na jurisprudência (Acórdão 3535/2015-2ª Câmara, rel. Augusto Nardes).

53. Sobre o pedido de sobrestamento dos autos em virtude da existência de processo judicial, deve-se deixar assente que o Tribunal de Contas da União possui jurisdição e competência próprias estabelecidas pela Constituição Federal e pela sua Lei Orgânica (Lei 8.443/92). Por isso, não obsta a sua atuação o fato de tramitar no âmbito do poder judiciário ação penal ou civil, versando sobre o mesmo assunto, dado o princípio da independência das instâncias.

54. Sobre esse tema, o Supremo Tribunal Federal tem apoiado a tese da independência entre as instâncias (Mandados de Segurança 26.969-DF e 25.880-DF), no que é acompanhado pelo Superior Tribunal de Justiça (MS 7080-DF, MS 7138-DF e 7042-DF), corroborando, por extensão, o entendimento esposado por esta Corte de Contas. Nesse sentido são os Acórdãos 3036/2015-TCU - Plenário, rel. MARCOS BEMQUERER; 10.042/2015-TCU - 2ª Câmara, rel. MARCOS BEMQUERER; 7.752/2015-TCU - 1ª Câmara, rel. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO; 7.475/2015-TCU - 1ª Câmara, rel. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO; 7.123/2014-TCU - 1ª Câmara, rel. BRUNO DANTAS.

55. Assim, não cabe a suspensão ou sobrestamento dos autos, considerando que a existência, por si só, de ação judicial em curso sobre os fatos objeto de análise pelo TCU não gera relação de prejudicialidade a ensejar tais medidas nesta Corte, por força da independência das instâncias.

56. Portanto, rejeitam-se as alegações de defesa do Sr. Luiz Enok Gmes da Silva, uma vez que seus argumentos não foram suficientes para sanear as irregularidades ou afastar sua responsabilidade.

Análise das alegações de defesa do Sr. Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira

57. Citado regularmente, o Sr. Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira apresentou, por meio de seu advogado legalmente constituído, suas alegações de defesa, conforme documentação integrante das peças 60 e 61.

58. **ARGUMENTOS:** Inicialmente, deve-se registrar que o defendente, embora expressamente exposto na epígrafe de sua defesa, que esta se refere ao TC 033.326/2015-0, não apresentou argumentação quanto às irregularidades constatadas nestes autos que compõem o ofício citatório.

59. Se ateu o defendente em argumentações que não condizem com a fase externa do presente processo, onde o fato ensejador da presente TCE se atém à não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Convênio 219/2007, em virtude da ausência da documentação comprobatória, exigida inclusive para a prestação de contas final, e da não comprovação da execução do objeto pactuado.

60. Os argumentos trazidos pelo responsável que podem se correlacionar com as imputações a ele atribuídas restringem-se à alegação de cerceamento ao direito de defesa, à ausência de má-fé por parte dele, ao fato de que devem se verificar as destinações dos recursos após terem sido transferidos para as contas da FJA, visto que teriam sido utilizados para o custeio de bens e serviços em favor da própria UFPB, numa relação atípica de confusão patrimonial e; ao pedido que sejam afastadas as imputações feitas em seu desfavor no presente processo.

61. **ANÁLISE:** Os argumentos apresentados não devem ser acolhidos. Quanto à alegação de cerceamento de defesa, aplica-se ao responsável a análise já realizada nos itens 48 a 51 da presente instrução. Quanto à ausência de má-fé, deve-se ressaltar que não existem elementos nos autos que demonstrem a boa-fé do responsável.

62. A responsabilidade do Sr. Eugenio Paccelli deve ser mantida, visto que o defendente, da mesma forma que o Sr. Luiz Enok, era o gestor dos recursos públicos transferidos. De acordo com a Constituição Federal/1988 (art. 70, § único) e o Decreto-Lei 200/1967 (art. 93), o gestor deve prestar contas e demonstrar o bom e regular emprego dos recursos por ele administrados.

63. Amparada em tal norma, a jurisprudência (Decisão 225/2000 - 2ª Câmara, rel. Adylson Motta, e Acórdãos 3.968/2010 - 1ª Câmara, 1.445/2007 - 2ª Câmara, 4.539/2010 - Plenário e 1.031/2011 - Plenário) prega, por sua vez, que, além do dever legal e constitucional de prestar contas do bom e regular emprego dos recursos públicos recebidos, devem os gestores fazê-lo por meio de documentação

que possibilite constatar que eles foram efetivamente utilizados no objeto pactuado, de acordo com os normativos legais e regulamentares vigentes.

64. Nos termos da mencionada jurisprudência, há que se comprovar o nexo de causalidade, devendo provar o administrador que os recursos recebidos foram utilizados para custear aquele objeto. Veja a ementa do Acórdão 1.019/2009 - Primeira Câmara:

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. APROVAÇÃO PARCIAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. CITAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE OS SAQUES DE RECURSOS E A EXECUÇÃO DO CONVÊNIO. IRREGULARIDADE. DÉBITO. MULTA.

- É essencial para a regularidade das contas e elisão do débito a comprovação do nexo de causalidade entre a movimentação dos recursos públicos federais, depositados em conta específica, e o pagamento das despesas derivadas do convênio.

- A mera execução do objeto do convênio não implica o julgamento pela regularidade das contas, pois os recursos utilizados na sua execução podem provir de fontes municipais, tendo sido integralmente desviados os recursos federais.

65. A Decisão 225/2000 – 2ª Câmara, finalmente, arremata a questão, ao afirmar que “a não comprovação da lisura no trato de recursos públicos recebidos autoriza, a meu ver, a presunção de irregularidade na sua aplicação”.

66. Desse modo, rejeitam-se as alegações de defesa do Sr. Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, uma vez que seus argumentos não foram suficientes para sanear as irregularidades ou afastar sua responsabilidade.

Da prescrição da pretensão punitiva

67. Não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva do TCU, conforme Acórdão 1.441/2016-Plenário, que uniformizou a jurisprudência acerca dessa questão, uma vez que os atos em análise foram praticados a partir de 07/03/2008 (data de repasse dos recursos) e foram ordenadas as citações no exercício de 2017. O prazo geral de prescrição é aquele indicado no art. 205 do Código Civil, que é de 10 anos, podendo, portanto, haver aplicação de sanções aos responsáveis. Desse modo, passa-se à análise dos atos irregulares praticados.

Análise da boa-fé

68. Inexistem nos autos elementos que demonstrem a boa-fé dos responsáveis ou a ocorrência de outros excludentes de culpabilidade. Desse modo, as contas devem, desde logo, ser julgadas irregulares, nos termos do art. 202, § 6º, do Regimento Interno/TCU, procedendo-se às suas condenações em débito e às aplicações da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992. (Obs.: Tal análise não se aplica à Fundação José Américo, cuja culpa decorre de presunção *iuris tantum*)

Elementos adicionais

69. No âmbito do TC 044.058/2012-8, foi relatada triangulação de recursos no Convênio 219/2007. Verificou-se que no dia 12/5/2011 a Fundação José Américo expediu o ofício 160/2011 ao Banco do Brasil (ag 1618-7), firmado pelo Sr. Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, diretor executivo, e pelo Sr. Roberto Maia Cavalcanti, diretor adjunto, solicitando transferência de R\$ 100.000,00 da conta específica do Convênio 219/2007 (c/c 20.562-1) para a conta de movimento da Fundação José Américo (c/c 19.484-0). Essa operação foi implementada em 13/5/2011, conforme registrado em extrato bancário de conta corrente e de investimento, desfalcando a conta.

70. Relatou-se ainda que o recurso retornou à conta bancária específica do Convênio 219/2007 no dia 27/3/2012, conforme consignado em extrato bancário de conta corrente e de investimento. A devolução do dinheiro seguiu o mesmo procedimento: a Fundação José Américo, por intermédio dos mesmos agentes, expediu o ofício 139/2012 ao Banco do Brasil, solicitando transferência da mesma soma (R\$ 100.000,00) da conta específica do contrato 041/2010, firmado com a UFPB, para aplicação

de recursos federais, para a conta do convênio 219/2007.

71. Logo em seguida à restituição dos recursos à conta específica do convênio, foi efetuada restituição do saldo deste convênio 219/2007 para a UFPB, por intermédio de GRU, em 28/3/2012.

72. De fato, a devolução do saldo do convênio, no valor de R\$ 101.538,95, feita no dia 28/3/2012 (p. 216-236, peça 6), mencionada pela CGU em seu Relatório (p. 357-360, peça 7), deu-se após a triangulação de recursos, irregularidade já mencionada no Relatório do Tomador de contas Especial, porém, entende esta Unidade Técnica que tal valor deve ser considerado na quantificação do débito, abatendo-o, uma vez que foi claramente constatada a saída e posterior entrada de recursos do mesmo valor na conta específica do Convênio 219/2007.

73. O entendimento adotado, ao se considerar exclusivamente a conta que realizou a devolução aos cofres da União, tem razão de ser, visto que posicionamento contrário dificultaria a conclusão dos processos da Fundação José Américo, uma vez que a triangulação de recursos entre contas específicas de convênios e outros ajustes era praxe na gestão da Fundação José Américo, o que se leva a uma grande dificuldade de mapear a entrada e saída de recursos dos inúmeros instrumentos firmados, bem como levaria a modificações em citações e decisões já proferidas por esta Corte de Contas, mas que, ao final, teriam o mesmo resultado no que tange à quantificação dos recursos devolvidos à União.

CONCLUSÃO

74. O exame das alegações de defesa descritas na seção “Exame Técnico” permitiu definir a responsabilidade dos Srs. Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, Luiz Enok Gomes da Silva e da Fundação José Américo-FJA. Propõe-se, por conseguinte, que sejam julgadas irregulares suas contas, condenando-os em débito e aplicando-lhes a multa do artigo 57 da Lei 8.443/92, na forma exposta na proposta de encaminhamento.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

75. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

75.1. considerar, para todos os efeitos, revel a Fundação José Américo-FJA, CNPJ 08.667.750/0001-23, dando-se prosseguimento ao processo, conforme preceitua o artigo 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;

75.2. acolher as alegações de defesa do Sr. Lucídio dos Anjos Formiga Cabral, CPF 373.833.883-72, e da Sra. Marta Maria Gomes Van Der Linden, CPF 141.291.244-04, julgando regulares suas contas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do RITCU, e dando-se quitação plena aos responsáveis;

75.3. julgar irregulares as contas dos Srs. Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, CPF 203.996.854-72, Luiz Enok Gomes da Silva, CPF 295.184.154-04, e Fundação José Américo-FJA, CNPJ 08.667.750/0001-23, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c” e “d”, e 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, imputando débito aos responsáveis, na forma abaixo indicada, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem perante este Tribunal, em respeito ao artigo 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida aos cofres da Universidade Federal da Paraíba, atualizada monetariamente e acrescida dos encargos legais, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já eventualmente satisfeitos, nos termos da legislação vigente, em decorrência de:

Irregularidade: não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Convênio 219/2007, celebrado entre a UFPB e a FJA, tendo por objeto a “Capacitação de Professores e Tutores e Coordenadores de Polos da UFPB Virtual”, haja vista a ausência da documentação comprobatória, exigida inclusive para a prestação de contas final.

Condutas:

a) em relação aos Srs. Eugênio Paccelli Trigueiro e Luiz Enok Gomes da Silva: não apresentar documentos comprobatórios suficientes, exigidos inclusive na prestação de contas final;

b) em relação à Fundação José Américo: as condutas dos seus administradores.

Nexo causal:

a) em relação aos Srs. Eugênio Paccelli Trigueiro e Luiz Enok Gomes da Silva: a falta dos documentos essenciais à prestação de contas pressupõe a aplicação irregular dos recursos transferidos, resultando em débito.

b) em relação à Fundação José Américo: conforme entendimento consagrado no incidente de uniformização apreciado no Acórdão 2763/2011-TCU-Plenário, a entidade privada responde solidariamente com seus administradores, quando estes causarem dano ao Erário, na execução de transferências voluntárias federais, com vistas à consecução de uma finalidade pública, destinadas àquela entidade privada.

Culpabilidade: não é possível afirmar que houve boa-fé dos responsáveis. Além disso, é razoável afirmar que era possível aos responsáveis terem consciência das ilicitudes. (Obs.: Tal análise não se aplica à Fundação José Américo, cuja culpa decorre de presunção *iuris tantum*)

Evidências: Extratos e Prestação de Contas (peças 2-5), Relatórios da Comissão de TCE (p. 194-214 e 345-347, peça 7), Pronunciamentos da CGU (p. 242-246 e 345-347, peça 7)

Dispositivos violados: art. 50 da Portaria Interministerial 127/2008, art. 64 da Portaria Interministerial 507/2011 e art. 10, § 1º, do Decreto 6.170/2007; art. 1º do Decreto 5.992, de 19/12/2006; e arts. 13 e 14 da Portaria MEC 403, de 23/4/2009 c/c o art. 1ª da Portaria MPOG 205, de 22/4/2010; arts. 1º e 2º da Lei 11.273 de 6/2/2006; art. 26 da Lei 11.941, de 27/5/2009; arts. 39, Inciso VII, 57 e 63, § 1º, inciso II, alínea 'b', da Portaria Interministerial MPOGIMF/CGU 127/2008; arts. 52, Inciso VII, 73 e 82, § 1º, inciso II da Portaria Interministerial MPOGIMF/CGU 507/2011 e art. 3º da Instrução Normativa TCU 71/2012; art. 116, inciso I, § 6º, da Lei 8.666/93.

Responsáveis solidários: Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, CPF 203.996.854-72, Luiz Enok Gomes da Silva, CPF 295.184.154-04 e Fundação José Américo- FJA, CNPJ 08.667.750/0001-23

Composição do débito:

Data para atualização	Valor original (R\$)	Débito/ Crédito	Origem do débito	Responsáveis
07/03/2008	341.099,44	D	Impugnação das despesas do Convênio 219/2007, em virtude da ausência da documentação comprobatória, exigida inclusive para a prestação de contas final.	Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, Luiz Enok Gomes da Silva e Fundação José Américo-FJA
28/03/2012	101.538,95	C		

Débito atualizado (com juros) até 20/03/2020: R\$ 845.046,66.

75.4. aplicar, com fundamento no artigo 57 da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 267 do Regimento Interno do TCU, multa aos responsáveis Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, Luiz Enok Gomes da Silva e Fundação José Américo-FJA, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que, nos termos do artigo 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional dos valores, atualizados monetariamente

desde a data do acórdão condenatório até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

75.5. solicitar à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público, as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis, nos exatos termos do art. 61 da Lei 8.443/1992;

75.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendidas as notificações;

75.7. autorizar, desde logo, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 217 do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais; sem prejuízo de alertá-los de que, caso optem por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992;

75.8. encaminhar cópia do acórdão que vier a ser prolatado pelo Tribunal, acompanhado do relatório e voto que o fundamentaram ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92, informando-lhe que o inteiro teor da deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

SECEX-TCE, em 20 de março de 2020.

(Assinado eletronicamente)

ÉRIC IZÁCCIO DE ANDRADE CAMPOS

AUFC – Mat. 7636-8

Anexo
Matriz de Responsabilização

Irregularidade	Responsável	Conduta	Nexo de Causalidade	Culpabilidade
<p>Não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Convênio 219/2007 (Siafi 601846), celebrado entre a UFPB e a FJA, tendo por objeto a "Capacitação de Professores e Tutores e Coordenadores de Polos da UFPB Virtual", haja vista a ausência da documentação comprobatória, exigida inclusive para a prestação de contas final.</p>	Fundação José Américo	A dos seus gestores.	Conforme entendimento consagrado no Acórdão 2763/2011-TCU-Plenário, a entidade privada responde solidariamente com seus administradores, quando estes causarem dano ao Erário.	Culpa decorre de presunção <i>iuris tantum</i>
	Luiz Enok Gomes da Silva	Não apresentar documentos comprobatórios suficientes, exigidos inclusive na prestação de contas final.	A falta dos documentos essenciais à prestação de contas pressupõe a aplicação irregular dos recursos transferidos, resultando em débito.	Não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade. É razoável supor que os responsáveis tinham consciência da ilicitude de sua conduta.
	Eugênio Trigueiro Paccelli	Não apresentar documentos comprobatórios suficientes, exigidos inclusive na prestação de contas final.	A falta dos documentos essenciais à prestação de contas pressupõe a aplicação irregular dos recursos transferidos, resultando em débito.	Eram exigíveis condutas diversas das praticadas. Não há elementos que possam comprovar a ocorrência de boa-fé.